

# DA GUERRA À PAZ NO SUDÃO

## AS (IN)VISIBILIDADES DO ACORDO GERAL DE PAZ

Daniela Nascimento

WHEN YOU LEAVE A PERSON IN HIS OR HER PLACE, THERE IS PEACE,  
 BUT WHEN YOU DISPLACE A PERSON FROM HIS OR HER PLACE,  
 PROBLEMS WILL START. WHEN A PERSON IS NOT IN HIS PLACE, HAS NO FOOD,  
 HAS NO SHELTER, HAS NO SCHOOL, HAS NO HEALTH SERVICE,  
 THERE ARE LOOMING PROBLEMS AND THIS IS THE BEGINNING OF WAR.  
**Cardeal Zubeir Wako, arcebispo católico de Cartum**

O ponto de partida deste artigo é o de que os estudos, actualmente dominantes, sobre conflitualidade interna violenta se tornaram um instrumento perigosamente simplista. Olhando à distância e de uma perspectiva ocidental, desenvolvida e relativamente confortável, a nossa capacidade para compreender e explicar em profundidade um novo tipo de conflitualidade violenta e interna pode ser extremamente limitada e perversa. De facto, é muito mais fácil olhar para estes conflitos como sendo lutas bárbaras e inevitáveis entre grupos que não podem coexistir em virtude das suas diferenças étnicas, religiosas ou culturais ancestrais do que adequar uma leitura mais rigorosa e profunda das causas que motivam essa mesma violência. Além disso, grande parte das acções de actores externos limita-se a conter, de forma artificial, tensões que poderão dar origem a violência e conflito. A nossa análise, contudo, parte de um posicionamento distinto e sugere a necessidade de uma abordagem diferente em matéria de resolução e/ou prevenção de conflitos em sociedades multiétnicas ou multirreligiosas, como é,

### RESUMO

No estudo actual sobre conflitos internos violentos são dominantes as visões que sublinham o papel decisivo das identidades religiosas e étnicas. Esta perspectiva primordialista, contudo, retira a atenção de outras causas, nomeadamente as desigualdades socioeconómicas profundas entre grupos. Partindo do conflito Norte-Sul no Sudão, as suas origens e a evolução dos modelos de resolução de conflito e de construção da paz, que culminaram com a assinatura do Acordo Geral de Paz de 2005, argumentamos que estratégias sustentáveis de paz implicam uma resposta às desigualdades mais complexas existentes e a desconstrução de visões simplistas sobre o papel da etnicidade e da religião.

Palavras-chave: Sudão, Acordo Geral de Paz, desigualdades, conflitos

### ABSTRACT

**FROM WAR TO PEACE IN SUDAN: THE COMPREHENSIVE PEACE AGREEMENT'S SHADOWS**

In the current study of conflicts, dominant visions tend to underline the decisive role of primordial



ethnic or religious identities. This primordialist perspective, however, takes attention away from other important causes that contribute to the emergence and perpetuation of conflict, namely deep socioeconomic inequalities between groups. Departing from Sudan's North-South conflict, its origins and the evolution in the conflict resolution and peace-building models that culminated with the signature of the 2005 Comprehensive Peace Agreement, we argue that effective and sustainable peace strategies in Sudan (and elsewhere) imply addressing the more structural inequalities at stake and the deconstruction of simplistic views of the role of ethnicity and religion.

*Keywords:* Sudan, Comprehensive Peace Agreement, inequalities, conflicts

plista e perversa dessa mesma periferia como sendo uma espécie de falhanço do projecto de modernidade.

De acordo com a visão dominante e prescritiva de muitos actores internacionais, o resultado foi a multiplicação dos chamados «estados falhados» que criam as condições para a emergência de «novas guerras», essencialmente internas na sua natureza e envolvendo novos actores e novas formas de violência<sup>2</sup>. O diagnóstico externo destas «novas guerras» deu também lugar, por sua vez, a uma inevitável terapêutica induzida com vista à contenção da instabilidade e da violência na periferia. Ao mesmo tempo, emergiu um suposto consenso crescente sobre a necessidade de definir um conjunto mais vasto e abrangente de estratégias de prevenção e resolução de conflitos violentos, nomeadamente ao nível das organizações e dos actores internacionais. A definição e a implementação de modelos e estratégias para prevenção de conflitos e reconstrução pós-violência tornaram-se uma característica da década de 1990, reflectindo as distintas necessidades e prioridades dos principais actores externos. Apesar de reconhecermos a importância destes desenvolvimentos em matéria de respostas a conflitos armados internos violentos e prolongados, este artigo parte de uma avaliação crítica dessas mesmas abordagens relativamente a conflitos desta natureza, as quais se têm caracterizado frequentemente por uma necessidade de «empurrar» estas sociedades para um modelo de democracia liberal e economia de mercado, resultando por isso mesmo numa estratégia muito limitada e ineficaz de prevenção do retorno da violência em contextos de conflito armado prolongado<sup>3</sup>. De facto, na literatura e prática dominantes em matéria de prevenção de conflitos e reconstrução pós-conflito, por exemplo, a consideração do carácter fundamental dos direitos de natureza económica e social e

por exemplo, a sudanesa. De facto, mesmo que muitos dos conflitos armados contemporâneos sejam caracterizados por uma importante dimensão étnica e/ou religiosa, deve ser igualmente reconhecido que incorporam dimensões e causas políticas, económicas e sociais profundas. A percepção crescente da ameaça para a segurança e estabilidade regional e internacional colocada por estes conflitos, especialmente no continente africano, tem levado os países mais desenvolvidos a tomarem consciência da importância de conter e resolver a instabilidade e violência noutros países<sup>1</sup>. Assim, e desde o final da Guerra Fria que se assistiu a um importante impulso para a definição de formas variadas de intervenção internacional em cenários de conflito armado interno, em especial nos países mais periféricos do sistema internacional. Esta espécie de «novo intervencionismo» foi-se caracterizando essencialmente por uma representação nova e muitas vezes sim-

do papel desempenhado pelas desigualdades socioeconómicas na emergência e agravamento da violência é frequentemente inexistente e/ou desvalorizada, em detrimento de um enfoque quase exclusivo na dimensão política da violência e nos direitos de natureza civil e política e/ou na imposição de condicionalidade económica contraproducente tendo em conta as necessidades daqueles contextos.

Nesse sentido, uma das principais justificações para esta análise assenta na falta de investigação sistemática e rigorosa sobre estratégias mais adequadas para lidar de forma pacífica com conflitos que incluem não apenas uma dimensão étnica ou religiosa, mas também, e sobretudo, fracturas socioeconómicas profundas. O papel destas dimensões no conflito é frequentemente mal-entendido, levando a respostas e soluções largamente ineficazes e baseadas em assunções distorcidas sobre os conflitos. Apesar de a literatura sobre as causas e factores subjacentes aos conflitos internos estar relativamente bem desenvolvida, a maioria das análises tende a centrar-se no papel primordial que as divisões étnicas e religiosas existentes desempenham na emergência e perpetuação dos conflitos tornando-se, por isso, irresolúveis. Esta é, contudo, uma visão distorcida da realidade desses conflitos e que procura retirar a atenção de causas económicas, sociais e políticas estruturais e fundamentais<sup>4</sup>. Consequentemente, estas estratégias são também frequentemente caracterizadas por uma tendência para ignorar e/ou obscurecer formas mais invisíveis de desigualdade<sup>5</sup>. A ausência ou negação de infra-estruturas básicas, oportunidades de emprego, acesso a educação e saúde pode, assim, gerar tensões internas que se manifestam, em última instância, sob a forma de violência. Evitar que isto aconteça exige, portanto, uma mudança real ao nível das estruturas políticas, económicas e sociais de modo a responder e eliminar as formas de opressão e marginalização estrutural potencialmente geradoras de violência<sup>6</sup>.

Assim, e contrariamente a algumas abordagens que questionam a importância real das causas mais profundas para os esforços de prevenção e resolução de conflitos violentos, neste artigo sublinhamos o carácter essencial dessas mesmas causas. Ao fazê-lo, contudo, não se pretende fazer *tabula rasa* da potencial influência dos factores étnicos e religiosos na criação de instabilidade interna, mas sim sublinhar que estas não funcionam como variáveis exclusivas na ocorrência de conflito violento. De facto, a competição entre grupos sociais distintos sobre recursos escassos, a responsabilidade de satisfazer as necessidades básicas que o Estado não consegue ou não quer cumprir, as condições de pobreza e colapso social e económico, as assimetrias de poder entre e dentro de grupos são factores que contribuem para o reforço de divisões entre grupos étnicos e/ou religiosos potencialmente geradoras de instabilidade<sup>7</sup>. Mesmo em situações em que a violência social e o conflito armado aprofundaram as divisões entre grupos, podem perder-se oportunidades importantes se se falhar no reconhecimento desta natureza múltipla e dinâmica das identidades de grupo e das condições socioeconómicas existentes e se se optar por políticas e práticas que institucionalizem e eventualmente agravem e/ou aprofundem essas mesmas diferenças.

Todas estas abordagens e argumentos são importantes e contribuem para uma melhor identificação das causas da violência, assim como das formas mais adequadas de a prevenir ou, pelo menos, minimizar. Ainda assim, estas estão frequentemente ausentes das agendas dominantes de prevenção de conflitos e de reconstrução da paz, as quais tendem a considerar a pobreza e a desigualdade como fenómenos individuais e não de grupo<sup>8</sup>, e logo como tendo um impacto reduzido enquanto causas de conflito violento. Procuramos, deste modo, contribuir para abrir o debate sobre a necessidade de uma análise e compreensão mais aprofundadas sobre conflitos complexos e, conseqüentemente, sobre a necessidade de estratégias de prevenção e resolução mais sustentáveis e abrangentes. O nosso estudo centra-se no conflito que durante cerca de quatro décadas assolou o Sudão e tenta perceber o impacto ao nível do real respeito e satisfação dos direitos e garantias económicas e sociais das populações, em geral, e de grupos específicos no âmbito do processo de paz que culminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 2005.

### **O CASO DO SUDÃO: TORNAR AS INVISIBILIDADES VISÍVEIS E RESPONDER ÀS DESIGUALDADES COMO UMA ETAPA FUNDAMENTAL PARA A PAZ**

Mais do que uma história de conflitualidade interna violenta, o Sudão tem sido marcado por uma história de profunda exclusão e marginalização de uma parte significativa da população e da qual a guerra se tornou uma ilustração trágica. Durante grande parte da história do maior, até Junho passado, país de África, vários grupos foram repetida e sistematicamente excluídos da vida política, social e económica do país, numa tendência que foi moldada e perpetuada desde o período colonial e que se manteve após a independência em 1956. Existem, portanto, importantes padrões de desigualdade política e económica que afectaram historicamente o desenvolvimento do país, mas também o exercício do poder político e que ajudam a compreender o processo e as conseqüências do subdesenvolvimento, assim como a interacção entre percepções de religião, etnicidade e discriminação e o seu potencial de conflito.

O Sudão é indiscutivelmente um país heterogéneo tanto do ponto de vista étnico (52 por cento negros, 39 por cento árabes, seis por cento beja, dois por cento estrangeiros e um por cento de outros grupos) como religioso (70 por cento da população muçulmana, 25 por cento animista e cinco por cento cristã<sup>9</sup>). Estas diferenças étnicas e religiosas estão também bem reflectidas geograficamente, com os grupos árabes e muçulmanos maioritariamente concentrados no Norte do país e os cristãos africanos predominantemente no Sul. Em virtude desta diversidade, o longo e violento conflito entre o Norte e Sul do Sudão foi sendo frequentemente mal interpretado, em grande medida porque também as raízes históricas e as causas mais profundas foram sendo mal compreendidas<sup>10</sup>, em virtude de interpretações primordiais e superficiais dominantes e baseadas no papel primário da etnicidade e da religião no eclodir e desen-

rolar da violência. Contudo, a história e os conflitos do Sudão são bem mais complexos e diversos do que parecem à partida. De facto, o que era considerada – pelo menos desde a década de 1980 – uma guerra entre muçulmanos e cristãos foi progressivamente ampliando as fracturas ao longo da sociedade sudanesa, muito além das velhas divisões entre o Norte e o Sul, entre árabes e africanos, entre muçulmanos e não muçulmanos<sup>11</sup>, acentuando e aprofundando as já enormes desigualdades socioeconómicas entre grupos resultantes de uma agenda de desenvolvimento profundamente desequilibrada e que se tornaram, na nossa perspectiva, umas das mais importantes causas do conflito Norte-Sul. Ao mesmo tempo, os modelos tradicionalmente aplicados para resolver o conflito e promover a paz ao longo dos anos, assentes numa agenda de prioridades limitada e numa leitura superficial do conflito, também contribuíram para obscurecer as dinâmicas e desigualdades mais complexas que sustentavam e reproduziam o conflito. Além disso, e de acordo com a nossa análise, estas estratégias de paz foram, e de alguma maneira ainda são, baseadas em análises e assunções genéricas e muitas vezes distorcidas que acabam por reproduzir e perpetuar as desigualdades de grupo mais profundas e complexas e que tornam extremamente frágeis as perspectivas de paz no território.

Neste contexto, e uma vez que as desigualdades socioeconómicas e as duras condições de vida de grande parte da população nem sempre foram consideradas e incluídas nas estratégias de paz, argumentamos que as disputas mal resolvidas entre grupos e a incapacidade de compreender o impacto dos profundos padrões de exclusão tornaram a implementação do AGP de 2005 extremamente difícil.

O AGP, que terminou formalmente o longo conflito entre o Governo muçulmano de Cartum e o Sudan's People Liberation Army/Mouvement (SPLM/A) e que compila os vários protocolos de paz alcançados ao longo de vários anos, é indiscutivelmente um passo importante nos esforços de paz no Sudão. Além de incluir vários protocolos sobre partilha de poder político, partilha de riqueza e de recursos provenientes do petróleo, sobre o estatuto das regiões fronteiriças (Abyei, Nuba Mountais e Blue Nile), previa também a possibilidade de um referendo popular para definição do futuro do território, deixando em aberto e por decidir, de forma clara, algumas questões importantes e que colocaram desde cedo em causa a sua implementação. De facto, e independentemente de ter sido considerado por muitos um «acordo-modelo» passível de ser replicado em muitos outros conflitos violentos, o AGP não respondeu, no nosso entender, de forma clara às causas mais profundas da violência, nomeadamente a incapacidade de satisfazer as necessidades socioeconómicas mais básicas da população do Sul por parte do governo central de Cartum.

AS DISPUTAS MAL RESOLVIDAS ENTRE GRUPOS E A INCAPACIDADE DE COMPREENDER O IMPACTO DOS PROFUNDOS PADRÕES DE EXCLUSÃO TORNARAM A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO GERAL DE PAZ DE 2005 EXTREMAMENTE DIFÍCIL.

Em grande medida, este acordo de paz reflecte a prioridade dada a soluções políticas para o conflito e que neste caso se traduziu essencialmente num acordo de partilha de poder que colocou, desde o início, algumas dúvidas e problemas. Um desses problemas prende-se com a falta de legitimidade política de ambos os líderes, uma vez que nem o Presidente Bashir nem o líder do Sul, John Garang, haviam sido eleitos de forma democrática, o que levantou ainda dúvidas sobre a real capacidade e vontade política de cada um destes líderes para efectivamente implementar o acordo e perceber as reais necessidades no que diz respeito à paz no território, situação que ficou bem demonstrada pelo resultado do referendo no Sul.

De facto, a oportunidade prevista no acordo para que o governo central tornasse a «unidade atractiva» e compensasse as décadas sucessivas de desinvestimento e negligência social e económica relativamente à população do Sul não foi aproveitada pelo Presidente Bashir não por falta de meios, mas por clara falta de vontade política e pela percepção de que o seu poder e o seu lugar não estariam em risco. Simultaneamente, não existiu qualquer entendimento claro – ou pelo menos vontade em compreender – de que o conflito Norte-Sul no Sudão nunca se deveu a uma simples rivalidade política entre grupos opostos, mas foi também, e sobretudo, motivado por múltiplas formas de marginalização social e económica que afectaram vários grupos e sectores da população sudanesa um pouco por todo o país.

Deste modo, as perspectivas de paz no Sudão no pós-AGP de 2005 tornaram-se extremamente frágeis e vagas, agravando velhas e criando novas formas de exclusão e desigualdade entre a população sudanesa, nomeadamente no Sul. O próprio processo que levou ao AGP ficou marcado por importantes elementos de exclusão de certas regiões<sup>12</sup>, de certos temas (legitimidade política dos governos) e de certos grupos (nomeadamente os mais vulneráveis), cujo resultado foi a pouca apropriação e aceitação do processo e do acordo por grande parte da população. Em virtude destas limitações, o AGP tende a não poder ser visto nem como o começo nem como o fim de um processo sustentável de paz no Sudão, mesmo no cenário pós-independência do Sul.

Os arranjos políticos e económicos resultantes do processo de paz criaram igualmente um cenário político dual, um país com vários sistemas e prioridades<sup>13</sup>, que nem sempre coexistiram da melhor forma pelo menos até à realização do referendo em Janeiro de 2011, e que decidiu a independência do território do Sul, e que nem sempre tiveram os resultados mais positivos. Acima de tudo, a situação económica, social e humana do Sudão até à secessão do Sul mostrou estar muito aquém das expectativas e dos níveis considerados satisfatórios, com uma pobreza crescente e generalizada<sup>14</sup>, num cenário que está bem ilustrado nos Relatórios de Desenvolvimento Humano mais recentes e que colocam o Sudão no grupo de países com os mais baixos índices de desenvolvimento humano<sup>15</sup>.

A crescente percepção deste cenário de pobreza e desigualdade por parte da população no Sul levou efectivamente a alguns episódios de violência e tensão entre grupos que

se sentiram descontentes com as poucas perspectivas de mudança trazidas pelo AGP. Logo após a assinatura do acordo em 2005, os desafios imediatos deveriam ter sido ao nível de desenvolvimento e transformação social e económica, equilibrando e respondendo cuidadosamente às necessidades imediatas e mudanças mais estruturais e medidas de longo prazo, com vista à redução da pobreza e à criação de condições de emprego. Ainda que a situação nacional esteja muito longe do ideal, a situação no Sul do território é ainda pior, com décadas sucessivas de repressão violenta e marginalização contribuindo para um cenário bastante pessimista no que diz respeito às perspectivas de desenvolvimento social, económico e humano, mesmo após a assinatura do AGP em 2005 e após o referendo que deu a independência ao território em 2011. Os níveis de pobreza e desigualdade mantêm-se elevados, com políticas sociais e económicas muito aquém do esperado e do necessário, e com uma realidade política no Sul marcada por uma estrutura governativa cada vez mais permeável à corrupção e sem liderança política forte, o que dificulta significativamente as possibilidades de transformação estrutural ao nível socioeconómico e, logo, de uma paz sustentável.

No cenário pós-independência do Sul do Sudão, a situação é acrescida de um grau de incerteza relativamente à viabilidade política e económica de um território que, apesar de rico em recursos fundamentais para o seu desenvolvimento (nomeadamente petróleo), não dispõe de infra-estruturas para potenciar e aproveitar a sua exploração, nem de um governo suficientemente forte para lidar com as várias pressões internas e externas (nomeadamente ao nível regional) e que se tem traduzido num perpetuar das desigualdades e que são transversais aos vários grupos.

Consolidar uma paz tão frágil como a que caracteriza o território sudanês antes como hoje, e ainda que recentemente dividido, exigiria à partida uma resposta rápida, eficaz e visível das causas estruturais e subjacentes à violência, à pobreza e ao subdesenvolvimento. O reconhecimento e garantia de direitos e oportunidades iguais, assim como o respeito das múltiplas identidades, a todos os grupos no Sudão, do Norte ao Sul, é, portanto, um passo fundamental para se alcançar uma paz sustentável no território, sobretudo após a secessão do Sul e a criação de um novo Estado que se vê agora com inúmeras dificuldades e desafios políticos, sociais e económicos para superar.

O RECONHECIMENTO E GARANTIA DE DIREITOS E OPORTUNIDADES IGUAIS, ASSIM COMO O RESPEITO DAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES, A TODOS OS GRUPOS NO SUDÃO, DO NORTE AO SUL, É UM PASSO FUNDAMENTAL PARA SE ALCANÇAR UMA PAZ SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO

## CONCLUSÕES

Os muitos conflitos armados violentos que emergiram após a Guerra Fria, tornaram a teoria e a prática da resolução de conflitos e da (re)construção da paz uma área de estudo particularmente importante e fértil em termos do debate que suscitou. Isto é

especialmente verdade num contexto em que a visibilidade desses conflitos internos também aumentou significativamente, opondo frequentemente diferentes grupos étnicos e religiosos dentro de um território e/ou entre grupos que se sentem marginalizados e excluídos das estruturas de poder e da autoridade central existente<sup>16</sup>. O resultado foi a classificação comum, simplista e acrítica de muitos destes conflitos violentos como guerras «étnicas», limitando a definição de opções e instrumentos de prevenção e reconstrução mais eficazes e rigorosas<sup>17</sup>. O que é ilustrado por esta análise e pelo estudo concreto do conflito entre o Norte e o Sul do Sudão, tal como refere Sambanis, é que nem todas as guerras civis são iguais e cada uma é tão diferente como a sociedade em que emerge<sup>18</sup>. Existem vários tipos de conflito violento interno e essa variedade e as diferenças dela resultantes devem ser tidas em conta quando se pretende levar a cabo uma análise rigorosa e profunda das suas causas.

Ao mesmo tempo, não existe uma única causa isolada para conflitos desta natureza, e estes resultam antes de um conjunto complexo e variado de causas interligadas que alimentaram a guerra ao longo das décadas. Citando Michael Brown, «a procura de um único factor [...] que explique tudo é comparável à procura do Santo Graal – notável, mas fútil»<sup>19</sup>.

Em boa verdade, os ressentimentos históricos, os sentimentos de exclusão e marginalização política, económica e social, a distribuição desigual de recursos e benefícios económicos, o subdesenvolvimento, a ausência de um processo genuinamente democrático, as exigências de um sistema de partilha de poder mais equitativo e justo entre grupos diferentes foram e continuam a ser factores que estão profundamente relacionados e que contribuem para a instabilidade e emergência de formas violentas de

contestação do poder e do *status quo*. Apesar do reconhecimento desta multiplicidade e complexidade de causas possíveis para a violência prolongada, nomeadamente como a que assolou o Sudão, o argumento aqui defendido é o de que os factores económicos e sociais desempenham um papel central no despoletar da violência, em especial quando estes estão

OS FACTORES ECONÓMICOS E SOCIAIS  
DESEMPENHAM UM PAPEL CENTRAL  
NO DESPOLETAR DA VIOLÊNCIA, EM ESPECIAL  
QUANDO ESTES ESTÃO ASSOCIADOS A PADRÕES  
CONTINUADOS E PERSISTENTES DE FORMAS  
DE DISCRIMINAÇÃO HORIZONTAL ENTRE  
GRUPOS DISTINTOS.

associados a padrões continuados e persistentes de formas de discriminação horizontal entre grupos distintos.

De facto, e como se procurou demonstrar recorrendo ao conflito sudanês, o acesso desigual a recursos, bens e serviços, a negação de direitos e necessidades humanas básicos, que são normalmente exacerbados pela incapacidade (ou falta de vontade política) sistemática dos vários governos sudaneses em responder a estes mesmos problemas e às reivindicações dos vários grupos, e em especial no Sul, desde a independência desempenharam um papel fundamental na perpetuação e agravamento do

conflito<sup>20</sup>. A percepção por parte de alguns grupos de que existem fortes desigualdades nas oportunidades económicas e no acesso a recursos, bem como as diferenças significativas nos *standards* de vida entre grupos contribuíram de facto para um certo ressentimento e para a deterioração das relações entre grupos, aumentando a propensão para o conflito violento<sup>21</sup>.

Deste modo, procurámos chamar a atenção para o papel central desempenhado por variáveis e factores mais estruturais, como sejam as desigualdades socioeconómicas e a discriminação inter e intragrupos e para a necessidade de lhes responder de forma eficaz e sustentável. O enfoque é claramente sobre as causas e factores mais «escondidos» e frequentemente negligenciados ao nível das estratégias de paz dominantes e que põem em causa o alcance de uma paz definitiva e sustentável.

Neste sentido, e sem querer desvalorizar a importância e contributo positivos do AGP em pôr um fim formal a este conflito violento entre o Norte e o Sul do país em 2005, parece-nos claro que as questões fundamentais de inclusão socioeconómica dos vários grupos sistematicamente negligenciados pelo poder central de Cartum não foram eficazmente tratadas ou incluídas nos esforços de paz de actores internos e externos directamente envolvidos no processo. Pelo contrário, o enfoque foi mais uma vez na gestão da crise no curto prazo, na negociação de acordos políticos entre os líderes das duas partes, dando atenção marginal às necessidades de desenvolvimento socioeconómico no médio/longo prazo e à criação de capacidades locais. Ao mesmo tempo, não ficou previsto praticamente qualquer investimento em sectores-chave, nos domínios sociais e económicos, em particular no Sul do território, garantindo a progressiva criação de estruturas e condições para os vários grupos.

Apesar da inclusão de um protocolo para a partilha equitativa dos recursos provenientes da exploração do petróleo entre as duas partes, na prática essa partilha não foi vertida em medidas e políticas concretas nem canalizada para questões essenciais (criação de emprego, cuidados de saúde, acesso à educação, entre outras). Além disso, o AGP também não é tão geral, abrangente ou inclusivo na medida em que não incluiu as percepções e realidades de toda a população sudanesa, em particular a do Sul, os seus diferentes sectores e grupos, e não teve em conta as restantes dinâmicas de violência e conflito nacionais (por exemplo, no Darfur ou no Leste). Parece-nos igualmente de sublinhar que não foram feitos esforços significativos no sentido de ultrapassar as identidades raciais existentes (e frequentemente construídas e instrumentalizadas), de modo a que fosse possível institucionalizar garantias de cidadania equitativa e universal em vez de um quadro político e económico ainda continuamente enraizado em diferenças étnicas, religiosas ou culturais<sup>22</sup>.

Por tudo isto, e em particular após a independência do Sul do Sudão, o cenário actual é de uma paz extremamente frágil e assente em pilares pouco sólidos. Assim, e como afirmam alguns autores, os acordos de paz que são abrangentes e gerais no nome, mas parciais e excludentes nas suas garantias e aplicabilidade (de como é exemplo o AGP)

nunca serão suficientes para responder de forma eficaz e clara às causas mais profundas, negligenciadas e tantas vezes escondidas do conflito violento presente nas várias comunidades e regiões do Sudão<sup>23</sup>. A situação do Sul do Sudão está longe de fugir a esta realidade, colocando-se agora, e no futuro, numa situação de particulares vulnerabilidades e desafios não apenas políticos e de procura de uma liderança sólida e que contrarie as dinâmicas de corrupção crescente que actualmente caracterizam o partido no poder, mas também, e sobretudo, ao nível socioeconómico e de superação de uma condição de pobreza extrema e de falta de condições físicas e materiais<sup>24</sup> para responder às necessidades mais básicas da sua população.

Tendo tudo isto em consideração, este artigo procurou contribuir para um entendimento mais alargado e ao mesmo tempo mais aprofundado das causas múltiplas e complexas dos conflitos violentos recorrentes em contextos como os do Sudão. O objectivo não é desenvolver ou promover uma panaceia geral e universalmente aplicável para resolver conflitos violentos internos e que partilham estas características, mas antes chamar a atenção para a necessidade de um entendimento mais profundo e rigoroso das causas complexas e dinâmicas a eles subjacentes e que estão normalmente ocultas pelo véu das «guerras étnicas», assim como um entendimento que vá bem mais além de abordagens e interpretações primordiais e simplistas sobre estes conflitos violentos.

No Sudão, como em tantos outros contextos, é crucial que aqueles que procuram compreender e resolver conflitos desta natureza saibam ajustar as suas lentes de análise de modo a incluir de forma clara o papel das desigualdades socioeconómicas históricas e a perceber a importância de respostas estruturais às exigências mais básicas das pessoas<sup>25</sup> e que vão muito além de simples ajustamentos e acordos políticos. De facto, os vários conflitos e focos de violência que têm assolado o Sudão foram despoletados não apenas por divergências étnicas e/ou religiosas, mas também por exigências de cidadania equitativa, justiça social e direitos económicos e sociais dos vários grupos<sup>26</sup>, e permanecerão activos até que as suas causas sejam efectivamente anuladas. Neste sentido, e a menos que as injustiças socioeconómicas sejam ultrapassadas e sejam garantidos os direitos económicos e sociais e as necessidades mais fundamentais das populações, tanto no Norte como no Sul, as perspectivas de paz, tanto no Sudão do Norte como no Sudão do Sul, serão sempre vagas e limitadas. 

- 1 DUFFIELD, Mark – *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. Londres: Zed Books, 2001.
- 2 KALDOR, Mary – *New and Old Wars*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- 3 MICHAEL, Dodson – «Postconflict development and peace building: recent research». In *Peace & Change*. Vol. 31, N.º 2, 2006, p. 245.
- 4 STEWART, Francis – «Root causes of violent conflict in developing countries». In *British Medical Journal*. Vol. 324, N.º 7333, 2002, p. 342. Disponível em <http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=1122271&blobtype=pdf>
- 5 Ainda assim, alguns académicos na área da paz e dos conflitos procuraram chamar a atenção para as causas destes conflitos duradouros. RAMSBOTHAM, Oliver – «The analysis of protracted social conflict: a tribute to Edward Azar». In *Review of International Studies*. Vol. 31, 2005, p. 110.
- 6 RICHMOND, Oliver – *The Transformation of Peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 88.
- 7 FERREIRA, Patrícia Magalhães – *Identidades Étnicas, Poder e Violência em África: O Conflito no Burundi*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – Centro de Documentação e Informação, 2005, p. 69.
- 8 STEWART, Francis – «Root causes of violent conflict in developing countries». In *British Medical Journal*. Vol. 324, N.º 7333, 2002. Disponível em <http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=1122271&blobtype=pdf>
- 9 SÓSA, Rodrigo – «Sudán, un conflict sin fin». In *Papeles de Cuestiones Internacionales*. Vol. 86, 2004, p. 125.
- 10 JOHNSON, Douglas – *The Root Causes of Sudan's Civil Wars*. Oxford: The International African Institute em colaboração com James Currey, 2003, p. 1.
- 11 *Ibidem*.
- 12 A região de Abyei, por exemplo, ficou sujeita a um protocolo específico e a um estatuto que seria igualmente decidido após um referendo paralelo ao do território do Sul, uma solução que reflectiu essencialmente a incapacidade de decidir, de forma consensual, o destino de uma das regiões mais ricas em petróleo do país.
- 13 MATUS, Jason *apud* SIMMONS, Mark, e DIXON, Peter (eds.) – «Peace by piece: addressing Sudan's conflicts». In *Accord: An International Review of Peace Initiatives*, Issue 18, 2006. Disponível em <http://www.c-r.org/our-work/accord/sudan/contents.php>
- 14 Aquando da independência em 1956, o PIB sudanês era de cerca de 795 milhões de dólares. O PIB *per capita* era de \$78, colocando o país entre os mais pobres do mundo. O Sul do Sudão enfrentava uma situação ainda mais problemática com um PIB *per capita* de cerca de \$39, reflectindo décadas de negligência e marginalização desde o período colonial. Também aquando da independência, os níveis de educação eram significativamente baixos, mesmo comparativamente com outros países africanos, com médias de 0,4 anos de escolaridade. Investimento e serviços estiveram praticamente sempre concentrados em Cartum e nas regiões próximas a Norte. As disparidades significativas entre as áreas rurais e urbanas e entre regiões contribuíram de forma clara para as desigualdades crescentes (ALI, Abdelgadir *et al.* – «Sudan's civil war: why has it prevailed for so long?». In COLLIER, Paul, e SAMBANIS, Nicholas (eds.) – *Understanding Civil War [volume 1: Africa]*. Washington: The World Bank, 2005, p. 204.
- 15 Os relatórios de 2010 e 2011 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento colocam o Sudão no lugar 154 (em 169) [PNUD – *Relatório de Desenvolvimento Humano*, 2011].
- 16 OMEJE, Keneth C. – «Understanding conflict resolution in Africa». In FRANCIS, David (ed.) – *Peace and Conflict in Africa*. Londres/Nova York: Zed Books, 2008, p. 68.
- 17 PORTO, João Gomes – «The mainstreaming of conflict analysis in Africa: contributions from theory». In FRANCIS, David (ed.) – *Peace and Conflict in Africa*, p. 57.
- 18 SAMBANIS, Nicholas – «Do ethnic and nonethnic civil wars have the same causes? A theoretical and empirical inquiry [part 1]». In *Journal of Conflict Resolution*. Vol. 45, N.º 3, 2001, p. 259.
- 19 BROWN, Michael – «The causes of internal conflict: an overview». In BROWN, Michael *et al.* (eds.) – *Nationalism and Ethnic Conflict [An International Security Reader]*. Cambridge: The MIT Press, 1997, p. 4.
- 20 PANTULIANO, Sara – «Comprehensive peace? An analysis of the evolving tensions in Eastern Sudan». In *Review of African Political Economy*. Vol. 33, N.º 110, 2006.
- 21 Estes padrões de discriminação são igualmente importantes ao nível cultural, sobretudo quando concretizados em termos de limitação do acesso à educação ou do reconhecimento das línguas e religiões minoritárias, entre outras (PORTO, João Gomes – «The mainstreaming of conflict analysis in Africa: contributions from theory». In FRANCIS, David (ed.) – *Peace and Conflict in Africa*. Londres: Zed Books, 2008, pp. 64-65.
- 22 IDRIS, Amir – *Conflict and Politics of Identity in Sudan*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005, p. 111.
- 23 IYOB, Ruth, e KHADIAGALA, Gilbert M. – *Sudan: The Elusive Quest for Peace*. Boulder: Lynne & Rienner Publishers, 2006, p. 16.
- 24 Apesar da riqueza em recursos petrolíferos, o Sul do Sudão vê-se agora confrontado com os problemas decorrentes da ausência de infra-estruturas para escoamento desses recursos, na medida em que os únicos *pipelines* existentes se encontram no Norte, o que implicará uma negociação cuidada com o Governo de Cartum para o acesso à única saída para o mar, no Leste do país (Port Sudan).
- 25 IYOB, Ruth, e KHADIAGALA, Gilbert M. – *Sudan: The Elusive Quest for Peace*, p. 65.
- 26 *Ibidem*, p. 15.